

INDIVÍDUO E SOCIEDADE EM ADAM SMITH: revisitando as relações entre ética e economia na obra do pensador escocês por ocasião de seu tricentenário¹

Édil Guedes²

RESUMO

Este artigo pretende examinar a concepção smithiana do agente social humano, notadamente em sua condição de indivíduo, e considerando-se a sua atuação na dimensão econômica de sua vida cotidiana. Esperamos mostrar que sua visão em relação à agência econômica é muito mais rica e nuançada do que muitas vezes se apresenta. Sustentaremos também que ela tem muito a contribuir com nossos esforços de compreender os fundamentos do comportamento humano em relação às questões econômicas, assim como o papel e a significação que essas questões podem assumir no conjunto da vida social humana. Alguns desses aspectos se veem particularmente destacados: a relação entre indivíduo na dimensão técnico-material da vida econômica, a relação entre os indivíduos na dimensão social da vida econômica e a relação entre as motivações econômicas e supraeconômicas na vida e no agir dos indivíduos. Diante disso, estabelecem-se os objetivos mais específicos deste artigo: 1) compreender que a ênfase smithiana na agência individual não significa a desconsideração da condição moral e política do sujeito humano, bem como de sua vinculação originária à comunidade universal da natureza, para usarmos a expressão do pensador escocês; 2) examinar como a Ciência Econômica moderna por vezes reduziu o indivíduo a uma espécie de entidade genérica, recebedora de estímulos externos e respondente a esses estímulos de acordo com propósitos muito restritivos, como o de maximizar o seu interesse ou a sua utilidade.

Palavras-chave: Adam Smith; indivíduo; sociedade; ética; economia; sensibilidade moral.

INDIVIDUAL AND SOCIETY IN ADAM SMITH: revisiting the relationship between ethics and economics in the work of the Scottish thinker on the occasion of his tercentenary

ABSTRACT

This article intends to examine Smith's conception of the human social agent, notably in his condition as an individual, and considering his action in the economic dimension of his daily life. We hope to show that his vision regarding economic agency is much richer and more nuanced than is often presented. We will also argue that it has much to contribute to our efforts to understand the foundations of human behavior in relation to economic issues, as well as the role and significance that these issues can assume in the whole of human social life. Some of these aspects are particularly highlighted: the relationship between the individual and the technical-material dimension of economic life, the relationship between individuals in the social dimension of economic life and the relationship between economic and supra-economic motivations in the lives and actions of individuals. In view of this, the more specific objectives of this article are established: 1) understand that Smith's emphasis on individual agency does not mean disregarding the moral and political condition of the human subject, as well as his original link to the universal community of nature, to use the expression of the Scottish thinker; 2) examine how modern Economic Science has sometimes reduced the individual to a kind of generic entity, receiving external stimuli and responding to these stimuli according to very restrictive purposes, such as maximizing their interest or utility.

Keywords: Adam Smith; individual; society; ethics; economy; moral sensibility.

¹ Este artigo resultou de projeto de pesquisa desenvolvido com apoio do FIP, Fundo de Incentivo à Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, entre os anos de 2021 e 2022.

² Doutor em Filosofia pela UFMG. Professor do Departamento de Ciências Econômicas do ICEG-PUC Minas. Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da PUC Minas – Praça da Liberdade.

1 A ASSIMILAÇÃO DO LEGADO SMITHIANO PELA ECONOMIA CONVENCIONAL

O filósofo e economista indiano Amartya Sen (1999), laureado com o Nobel de Economia em 1998, ponderou que a ciência da economia evoluiu de maneira bastante peculiar nos últimos dois séculos, notadamente a partir da chamada *revolução marginalista*, que teve curso desde os últimos decênios do século XIX. Ela deixou de ver-se como vinculada à Ética e à Política, como foi o caso em suas duas origens históricas: a primeira, na antiguidade grega, nos escritos do estagirita Aristóteles, e a segunda, na modernidade, pelas mãos do escocês Adam Smith.

Smith iniciou-se nos assuntos de economia política com seu mestre Francis Hutcheson, cursando com ele, na Universidade de Glasgow, Filosofia Moral; cátedra por Smith herdada, na qual desenvolveu o interesse pelo assunto ao qual, depois, tanto se dedicou, como docente, pesquisador e autor.

Essa abstração do saber econômico em relação àquelas disciplinas que antes o envolviam confirmou-se mais tarde com a própria mudança na designação da ciência, que deixou de chamar-se *Political Economy* para assumir-se simplesmente como *Economics*. O inglês William Stanley Jevons (1996) é um dos expoentes dessa nova visão, e um dos autores mais influentes em relação à concepção do agente e do agir econômicos que se consagrou em sua ciência desde então. Para Jevons (1996, p. 22, 58), a economia deve entender-se como um saber essencialmente matemático e ater-se ao *estudo da mecânica do interesse individual e da utilidade*.

Ora, não podemos deixar de perguntar, valendo-nos novamente da instigante reflexão de Sen (1999, p. 32): o chamado “homem econômico”, compreendido como esse agente egoísta, calculista e maximizador de utilidades, será mesmo a melhor representação que podemos ter do comportamento humano em relação às questões que chamamos econômicas? As pessoas reais, cujo comportamento pretendemos compreender em nossas teorias econômicas, serão mesmo indiferentes a outras formas de autoexame e uma pluralidade de outras motivações relacionadas, em última instância, à pergunta sobre a vida mais razoável que elas podem levar?

É curioso constatar que a leitura mais corrente da obra de Smith insiste em tomá-lo como o patrono dessa concepção do indivíduo humano como *homem econômico*. Insiste na afirmação de uma condição antitética entre as obras moral e econômica do autor, como se a

segunda, tal qual a cosmovisão por ela supostamente apresentada, se sobrepusesse à da primeira.

Neste artigo, que trazemos a público no ano do tricentenário do nascimento desse grande pensador, somamo-nos, uma vez mais, àqueles que defendem a implausibilidade dessa tese. Importa-nos contestar que aquela concepção possa considerar-se devedora de Smith. A visão que tem o autor escocês sobre a liberdade humana transcende em muito os limites da liberdade de iniciativa e da liberdade de buscar ao próprio interesse egoísta, que a muitos parece ser a única passível de extrair-se de seus escritos econômicos. A afirmação do indivíduo em Smith, e de sua liberdade, relaciona-se com uma noção mais ampla de prudência, que inclui os conceitos de autodomínio (este de explícita influência estoica) e de responsabilidade universal, consagrando-se à vocação de um cidadão do mundo, que em benefício da “vasta comunidade da natureza”, da qual o indivíduo é membro, ele deve “em todos os momentos de sua existência” estar *disposto* ao sacrifício do seu “mesquinho autointeresse” (Smith, 1984, p. 140).

2 A CONCEPÇÃO SMITHIANA DO INDIVÍDUO EM SUAS OBRAS MORAL E ECONÔMICA

Além de *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, de 1776, a mais conhecida e mais influente de suas obras, Adam Smith também publicou, dezessete anos antes, um tratado de Filosofia Moral. Esta obra, a *Teoria dos sentimentos morais*, ofereceu-se pela primeira vez ao público em 1759. Smith não publicou quaisquer outros títulos. Ambas foram reeditadas mais cinco vezes. Na última edição da *Teoria dos sentimentos morais*, ano da morte de Smith, o pensador escocês escreveu uma pequena advertência ao leitor, de apenas uma página, na qual anunciou que preparava uma espécie de trilogia, da qual fariam parte as duas únicas obras que ele publicou em vida, e finalmente um Tratado de Jurisprudência, completando-a (Smith, 1984, p. 55). Ele temia que não tivesse mais tempo para cumprir esse propósito, o que infelizmente se confirmou.³ Mas restaram

³ “In the last paragraph of the first Edition of the present work, I said, that I should in another discourse endeavour to give an account of the general principles of law and government, and of the different revolutions which they had undergone in the different ages and periods of society; not only in what concerns justice, but in what concerns police, revenue, and arms, and whatever else is the object of law. In the Enquiry concerning the Nature and Causes of the Wealth of Nations, I have partly executed this promise; at least so far as concerns police, revenue, and arms. What remains, the theory of jurisprudence, which I have long projected, I have hitherto been hindered from executing, by the same occupations which had till now prevented me from revising the present work. Though my very advanced age leaves me, I acknowledge, very little expectation of

inúmeros escritos (dentre eles as suas *Lectures on jurisprudence*⁴), a maior parte só se conheceu postumamente, nos anos 1970 e 1990, quando da excelente edição crítica de suas obras completas e correspondências pela *Glasgow University*. As motivações para todo esse trabalho incluíram, por certo, a comemoração de dois bicentenários: o da publicação da primeira edição de *A riqueza das nações*, em 1976, e o da morte de Smith, em 1990. O volume de escritos de Smith disponíveis mais do que dobrou desde então, o que permitiu aos estudiosos que se dedicassem a compreender melhor a rica visão smithiana do ser humano e de sua vida moral, social, política e econômica⁵.

Não deixa, portanto, de surpreender, que os pensamentos moral e econômico de Smith, por tantas vezes, ainda se julguem incompatíveis. Mais do que isso, entendeu-se que a concepção do ser humano supostamente defendida em *A riqueza das nações* (Smith, 1983) se modificara completamente em relação àquela que se sustentava na obra moral. De essencialmente solidário e benevolente a egoísta e calculista. Essa leitura, por muitos e por tanto tempo acalentada e difundida, leva necessariamente à conclusão de que a assunção, no mesmo ato, das supostas duas concepções de ser humano em Smith nos faz incorrer em um paradoxo. Parte-se também da insustentável alegação de que a concepção moral é bastante anterior à concepção econômica, e que esta se lhe substituiu como correspondente ao pensamento maduro do autor escocês.

Há aí dois problemas de fundamentação. A diferença temporal não se aplica, porque as obras foram por vezes reeditadas e modificadas, e a última edição de *Teoria dos sentimentos morais* ocorre quatorze anos depois da publicação da obra econômica, no último ano de vida de Smith, como já pudemos registrar. Mais do que isso, ele justifica a demora em entregá-la a público, por desejar fazê-lo quando pudesse conferir-lhe o cuidado e o rigor necessários. Ora, não se tratava mais da obra de 1759, mas de sua edição mais atualizada, mais em conformidade com as intenções e exigências maduras de Smith.⁶ A diferença epistemológica

ever being able to execute this great work to my own satisfaction; yet, as I have not altogether abandoned the design, and as I wish still to continue under the obligation of doing what I can, I have allowed the paragraph to remain as it was published more than thirty years ago, when I entertained no doubt of being able to execute every thing which it announced” (Smith, 1984, p. 55).

⁴ Conferir a seguinte reprodução fotográfica do sexto volume de *The Glasgow Edition of The Works and Correspondence of Adam Smith* (Smith, 1978).

⁵ Muitos trabalhos têm contribuído para uma melhor relação com o legado de Adam Smith, entre eles estão: Bianchi (1988), Bianchi; Santos (2005), Cerqueira (2001, 2005a, 2005b, 2006), Coutinho (1994), Ganem (2000) e Redman (2007).

⁶ “Since the first publication of the *Theory of moral sentiments*, which was so long ago as the beginning of the year 1759, several corrections, and a good many illustrations of the doctrines contained in it, have occurred to me. But the various occupations in which the different accidents of my life necessarily involved me, have till now prevented me from revising this work with the care and attention which I always intended” (Smith, 1984, p. 55).

tampouco se pode defender, porquanto o próprio autor tratava intencionalmente o conjunto de sua obra não como uma sequência de publicações avulsas, estanques, mas como uma composição em curso, visando a formar um todo articulado.

Outros comentadores e intérpretes propuseram – e seguem propondo – uma solução alternativa para o referido suposto paradoxo, pela qual se distinguem dois campos de ação, cada um deles comportando um princípio motivador distinto. Trata-se, desta perspectiva, do mesmo ser humano, mas ele se conduz de modo completamente diverso e oposto, a depender do escopo das relações com os demais:

Smith, após haver confirmado na utilidade, no sentido humeano (*sic*),⁷ o fundamento da moralidade – e daí, da simpatia, a origem do juízo e do comportamento moral –, individualiza uma zona do proceder humano na qual um comportamento correspondente ao objetivo egoísta justifica-se tomando por base o próprio princípio da utilidade: trata-se da esfera na qual ocorrem a formação e o desenvolvimento da riqueza, já que, quando um indivíduo se esforça por conseguir a maior vantagem pessoal na troca, vai mais além de sua própria vontade, de tal sorte que seja máxima a possibilidade de bens para todos (Napoleoni, 1981, p. 46).

Parece, com efeito, uma boa solução, que não deixa de ser engenhosa. Feitas as devidas distinções, elimina-se a incompatibilidade fundamental entre os pensamentos moral e econômico de Smith. E ainda se consegue, nos dois campos, que o agir social humano produza a mesma síntese: benefícios privados e públicos. Mas o efeito sobre o estudo do legado econômico de Smith permanece o mesmo: pode-se lê-lo com total indiferença às suas contribuições filosóficas, notadamente em relação à moralidade. Se o princípio que governa o agir econômico é especificamente o egoísmo, será sempre a partir deste que aquele agir será compreendido. O resultado, para a economia, é equivalente ao da tese de que a concepção do ser humano se modificara substancialmente na obra “madura” de Smith.⁸

⁷ A utilidade no sentido que lhe seria conferido por David Hume, é referida aqui por Claudio Napoleoni, em seu conhecido e importante trabalho *Smith, Ricardo, Marx*, como tendo duplo alcance, ao mesmo tempo social e individual: quando cada indivíduo deseja o que é útil ou bom para os demais, contribui para um desenvolvimento ordenado da convivência social, o que é, em última instância, útil também para ele mesmo. Atuar para que se desenvolva um bom sistema de relações com os outros acaba por ser útil também para si. Napoleoni considera que Smith vai ainda além, pois se mostra capaz de projetar essa duplicidade em duas direções, a depender do campo de ação: do egoísmo ao benefício coletivo, na esfera da vida material, e do benefício coletivo ao resultado egoísta, nas esferas de nossas interações com os outros (Napoleoni, 1981, p. 40-46).

⁸ O resultado desses dois modos de se interpretar Adam Smith é essencialmente o mesmo. Eis um dos incontáveis exemplos: “O bem-estar humano sempre esteve presente na teoria de Smith. Para o pensador da economia política, o bem-estar econômico estaria relacionado ao livre jogo das forças de mercado que comandaria, por meio de uma mão invisível, as ações egoístas dos indivíduos, que, buscando seus interesses individuais, atingiriam, como por derivação, o bem-estar geral da sociedade” (Oliveira e Gennari, 2009, p. 66). Permanece sempre a confusão original que condiciona o indefensável paradoxo smithiano: “O erro cometido pela maioria dos comentaristas, e que é preciso denunciar em primeiro lugar, é confundir a simpatia e a benevolência, de um lado, e o self-love e o egoísmo (selfishness), do outro – dupla confusão que leva a julgar incompatíveis a simpatia e o self-love e, portanto, a ver um problema de Adam Smith onde ele não existe

Há uma conhecida passagem, inúmeras vezes repetida, da obra de Smith que a muitos intérpretes parece autorizar tais leituras:

não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas de sua consideração por seus próprios interesses. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas ao seu amor-próprio, e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, mas de suas vantagens (Smith, 1981, p. 27, tradução própria).

A interpretação dessa frase normalmente extrapola os seus sentidos imediatos, além de ignorar completamente o contexto em que ela se apresenta. Nada no texto nos autoriza a afirmar que somos incapazes de agir benevolentemente e nada nele nos permite identificar interesse próprio e egoísmo, a não ser as imagens preconcebidas de Smith que nos condicionam a tal leitura. No capítulo em questão, que é o primeiro do Livro I de sua obra mais conhecida, Smith aborda a divisão do trabalho e as preocupações normais das pessoas em uma relação de troca mercantil. O que ele tem como objeto são os negócios que entre elas se estabelecem, e tenta, isto sim, mostrar ao seu leitor que, naquele contexto, o autointeresse é uma motivação normal e, mais do que isso, necessária:

embora muitos admiradores de Smith não pareçam ter avançado além do trecho sobre o açougueiro e o cervejeiro, até mesmo uma leitura dessa passagem indicaria que o que Smith está fazendo aqui é especificar por que e como se efetuam as transações normais no mercado e por que e como funciona a divisão do trabalho, que é o tema do capítulo onde se encontra o trecho citado. Mas o fato de Smith ter observado que transações mutuamente vantajosas são muito comuns não indica em absoluto que ele julgava que o amor-próprio unicamente, ou na verdade a prudência em uma interpretação abrangente, podia ser suficiente para a existência de uma boa sociedade. De fato, ele afirmava exatamente o oposto. Smith não alicerçava a salvação da economia em alguma motivação única (Sen, 1999, p. 39).

Anteriormente à divisão do trabalho, quando um camponês cultivava a sua horta, arrancava-lhe os frutos, ordenhava a sua vaca, colhia os ovos das suas galinhas, fabricava as ferramentas em sua oficina, tudo isso para o seu próprio uso e para o uso dos seus, não estava sendo egoísta. Mas não seria irrazoável dizer que cuidava do próprio interesse. Com o progresso da especialização produtiva, que Smith associa corretamente à generalização das relações mercantis, cada produtor concentrou-se na produção de pouquíssima variedade de coisas, muitas vezes, de apenas uma espécie de mercadoria. A divisão do trabalho amplia enormemente as forças produtivas do próprio trabalho, o que faz com que esse indivíduo produza um excedente muito superior àquilo de que ele próprio necessita daquela mercadoria. E, naturalmente, ele precisa, com o escoamento do excedente que produziu, obter todos os outros produtos dos quais também necessita. Se ele é um padeiro, não viverá somente de pão.

(Dupuy, 2003, p. 597).

Precisará ir ao mercado buscar tudo o mais do que necessita: roupas, leite, calçados, ferramentas etc. Assim como o camponês que imaginamos no início, mas de um modo diferente, ele vai buscar o seu interesse, que necessariamente não tem nada de egoísta, assim como todos os demais precisam fazê-lo. O reconhecimento disso permite que o contrato se estabeleça em bases razoáveis. E é disso que tratava todo o capítulo. Smith projetara, sim, uma sociedade marcada por uma abundância tal, que se pudesse estender a todas as camadas da sociedade, que pudesse chegar até aos mais simples, *se todo esse arranjo se desenvolvesse em uma sociedade bem governada*. E oferecia muito boas razões para suportar tal otimismo, que não era incondicional. Mas não o fez da forma como costumeiramente se divulga.

Antes da famosa passagem que citamos, Smith defende a tese de que a divisão do trabalho, em última instância, deriva, ainda que não imediatamente, de certa *propensão que o ser humano teria ao intercâmbio*. Essa propensão, por sua vez, originar-se-ia de nossa condição racional e comunicativa, ou seja, de sermos dotados das *capacidades de raciocinar e falar*. O intercâmbio especificamente humano, portanto, é o *comércio das ideias*. Só o ser humano realiza *contratos*, que para Smith é como normalmente nos vinculamos uns aos outros na vida social: ouvindo e oferecendo razões, conciliando interesses, estabelecendo acordos. O contrato, em seu sentido rigoroso, exige indivíduos livres, que se reconheçam como tais, e que busquem chegar a um termo que entendam como justo. Se não houver liberdade e justiça, a definição do contrato não se cumpriu, a rigor. Não se fez jus a ela. E isso pode acontecer? Smith estava seguro de que sim e tratou seriamente disso. Abordamos detidamente essa questão em outro artigo, mas dele vale destacar alguns pontos relevantes para o propósito desta argumentação:

quando se trata das relações de força entre trabalhadores e empregadores, Smith não deixa dúvidas sobre a vultosa assimetria desse conflito, o que faz com que a relação, sob fachada contratual, tenha na verdade o caráter de coerção ou constrangimento (Guedes; Oliveira, 2022, p. 82).

Considerando a articulação entre o poder político e o poder econômico, Smith sabe muito bem como os produtores e comerciantes por vezes conseguem impor os seus interesses contra os consumidores:

não pode ser muito difícil determinar quem foram os articuladores (*contrivers*) de todo esse sistema mercantil: que não os consumidores, podemos acreditar, cujos interesses têm sido totalmente negligenciados, mas os produtores, cujos interesses têm sido tão cuidadosamente atendidos; e, entre esta última classe, nossos comerciantes e manufatores têm sido, de longe, os *principais arquitetos* (Smith, 1981, p. 661, tradução própria).

Quando examina a relação entre os detentores de monopólio (seja natural, outorgado,

ou conquistado por alguma vantagem comercial ou industrial – não importa) e os consumidores de bens necessários, Smith se vale da expressão mais contundente, embora bastante precisa, para designar como *extorsão* o que fazem os primeiros, ao impor aos seus concidadãos preços absurdos sobre esses produtos.⁹

Voltando, pois, ao que está em questão no capítulo em que se expõe a reflexão sobre o autointeresse, mesmo sendo o olhar smithiano sempre muito atento à complexidade da realidade social e das interações entre indivíduos e entre as diferentes classes, ele entende a sociedade comercial como a sociedade civilizada, porquanto seja esta a sociedade que tem conseguido fazer avançar a lógica da comunicação e da troca, próprias da condição humana, mesmo em relação às questões materiais da vida. É uma sociedade que consegue mobilizar eficazmente uma multidão de indivíduos em uma grande rede de cooperação, que os integra de modo inaudito a uma grande força coletiva de trabalho.

Nas primeiras páginas de sua obra moral, Smith pondera que somos por natureza orientados ao cuidado de nós próprios. Fazemo-lo melhor do que os outros, e é razoável que seja assim. Em princípio, ninguém pode, senão eu mesmo, sentir a minha sede, conhecer a minha fome, assim como as minhas vocações, aspirações, interesses. O amor-próprio, do qual derivam nossas motivações autointeressadas, é um *sentido psíquico-espiritual* básico, um dos princípios constitutivos da natureza humana para Smith, fundamental para que possamos conservar-nos e desenvolver-nos. Mas não é o único. O que é “um fato óbvio demais para precisar ser comprovado” é que o homem é também naturalmente sensível à existência dos demais, à sorte alheia, independentemente de qualquer utilidade que isso possa representar para ele. Por mais egoísta que alguém seja, reflete Smith, “existem evidentemente alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros e tornam sua felicidade necessária para ele mesmo, apesar de não obter nada disso, a não ser o prazer de assisti-la” (Smith, 1984, p. 9).

Este outro princípio básico, igualmente constitutivo da natureza humana, é a *simpatia*, essa atração essencial pela existência alheia, uma espécie de sentido universal de solidariedade, que é também essa capacidade de nos imaginarmos na situação do outro, enredados na circunstância alheia, de modo que vemos produzir-se em nós o que sentem, como se se tratasse de uma repercussão direta. Na verdade, trata-se de algo que sentimos como se fôssemos aquela pessoa, o que representamos em nós como sendo a paixão que

⁹ “The price of monopoly is upon every occasion the highest which can be got. [...] [It] is upon every occasion the highest which can be squeezed out of the buyers, or which, it is supposed, they will consent to give” (Smith, 1981, p. 78, grifo próprio).

provavelmente tal pessoa sofre:

como não temos experiência imediata do que os outros sentem, somente podemos formar uma ideia da maneira como são afetados se imaginarmos o que nós mesmos sentiríamos numa situação semelhante. [...] nossos sentidos jamais nos informarão sobre o que ele sofre. Pois não podem, e jamais poderão, levar-nos para além de nossa própria pessoa, e apenas pela imaginação nos é possível conceber em parte quais são as suas sensações. Tampouco esta faculdade pode nos ajudar senão representando para nós as próprias sensações se nos encontrássemos em seu lugar (Smith, 1984, p. 9).

A simpatia não é imediatamente uma sensibilidade moral, mas é a condição elementar para que ela se desenvolva, e revela que a moralidade não se nos impõe extrinsecamente. Por analogia com os sentidos do corpo, assim como a audição não é imediatamente sensibilidade musical, também a simpatia há de ser cultivada e refinada ao longo da vida de um indivíduo que se forma para a vida com os outros. E isso vale para a figura do espectador imparcial, essa representação smithiana de nossa consciência moral, que completa a divisa da filosofia moral do pensador escocês: a reflexividade da simpatia. Só consumamos a nossa condição de espectadores e juízes morais quando aprendemos a nos projetar como atores, na circunstância alheia, na vivência do outro. Mas o mesmo se dá quando somos nós que estamos na posição de atores. Nunca consumamos essa condição de agentes morais se não nos soubermos projetar como espectadores de nós mesmos. Mas nesse caso, temos de fazer *o exercício de nos ver com os olhos da humanidade*, de nos medir pela régua de que um juiz imparcial se valeria. Diferentemente da concepção humiana da simpatia, que a entende como uma comunicação direta de nossas paixões, e que confere à razão o desprestigiado papel de serva delas, em Smith a simpatia não pode dar-se plenamente sem uma imaginação poderosa e uma razão bem cultivada.

A sociedade é o espelho que nos oferece os parâmetros pelos quais julgamos, principalmente as nossas ações:

se fosse possível que uma criatura humana vivesse em algum lugar solitário até alcançar a idade madura, sem qualquer comunicação com sua própria espécie, não poderia pensar em seu próprio caráter, a propriedade ou impropriedade de seus próprios sentimentos e conduta, a beleza e deformidade de seu próprio espírito, mais do que na beleza ou deformidade de seu próprio rosto. Todos esses são objetos que não pode facilmente ver, para os quais não olha, e com relação aos quais carece de espelho que sirva para apresentá-los a sua vista. Tragam-no para a sociedade e será imediatamente provido do espelho que carecia. É colocado ante o semblante e comportamento daqueles com quem vive [...] que pela primeira vez verá a propriedade ou impropriedade de suas paixões, a beleza ou deformidade de seu espírito. [...] Cuidará que a humanidade aprova algumas [de suas paixões], e se enoja com outras. Num caso se sentirá exaltado, abatido em outro; seus desejos e aversões, alegrias e tristezas frequentemente se converterão, agora, em causas de novos desejos e novas aversões, novas alegrias e novas tristezas e, por isso, agora lhe interessarão profundamente e, muitas vezes, ocuparão sua mais atenta consideração (Smith, 1984, p. 110, tradução própria).

Mas essas referências não preenchem a *tábula rasa* da nossa consciência. Esta é uma conquista progressiva do agente social humano, é fruto de longa e cuidadosa elaboração, por meio da qual se desenvolve a capacidade de dominar a si mesmo, de bem governar as próprias paixões, especialmente a força que o amor-próprio naturalmente exerce sobre nós;

O homem sábio e virtuoso dirige sua principal atenção ao primeiro padrão – a ideia de exata propriedade ou perfeição. Existe na mente de cada homem uma ideia desse tipo, gradualmente formada de suas observações do caráter e da conduta, tanto de si mesmo quanto de outras pessoas. É o trabalho lento, gradual e progressivo do grande demiurgo dentro do peito, grande juiz e árbitro da conduta. Essa ideia está mais ou menos perfeitamente delineada em cada ser humano, seu colorido é mais ou menos justo, seus contornos mais ou menos exatamente traçados, de acordo com a delicadeza e agudeza da sensibilidade com a qual aquelas observações foram feitas, e de acordo com o cuidado e a atenção empregados em sua confecção (Smith, 1984, p. 247, tradução própria).

O indivíduo humano pode, naturalmente, não se tornar uma pessoa moralmente cultivada, pode não se tornar virtuoso, e pode mesmo, por certo, tornar-se um egoísta mesquinho. Mas a sociedade, mesmo se se restringe à sua face comercial, não pode alicerçar-se nisso.

Todos os membros de uma sociedade humana precisam cada um do auxílio dos outros e estão, da mesma maneira, expostos a danos mútuos. A sociedade floresce e é feliz onde o auxílio necessário é fornecido reciprocamente pelo amor, gratidão, amizade e estima. [...] [Por outro lado] *a sociedade pode subsistir entre homens diferentes, assim como entre diferentes comerciantes, por uma compreensão de sua utilidade, sem qualquer amor ou afeição mútuos.* [...] *A sociedade, entretanto, não pode subsistir entre aqueles que estão sempre prontos para prejudicar e lesar uns aos outros* (Smith, 1984, p. 85-86, tradução própria).

Uma sociedade baseada na superior virtude da *beneficência* é uma sociedade seguramente mais nobre, pois nela as pessoas se propõem a promover espontânea e diretamente a felicidade dos outros; mas não se pode esperar que em todos os casos um sentimento tão desinteressado se apresente. Para haver sociedade, o requisito fundamental é a virtude da justiça: “A caridade, portanto, é menos essencial para a existência da sociedade que a justiça. A sociedade pode subsistir sem a caridade, ainda que não no estado mais satisfatório; mas o predomínio da injustiça deve destruí-la inteiramente” (Smith, 1984, p. 86).

Quando Smith (1981, p. 455-456), pela única vez no conjunto dos cinco livros que compõem a *Riqueza das nações*, utiliza a célebre metáfora da *mão invisível*, ao contrário do que se pensa, ele não se refere a toda a vida econômica, pois tem um assunto bem definido – o comércio exterior –, e ela não indica ou defende automatismos. Apenas sustenta que certos processos coletivos resultam de ações que não visavam a eles, deliberadamente. São

consequências coletivas não intencionais da ação individual. Nesses casos específicos, interessantemente, *apesar* do egoísmo de alguns – *e não por causa dele* –, resultados são benéficos para os seus concidadãos. Isso se dá, por exemplo, quando o indivíduo prefere a indústria interna à externa – e também tenta aumentar o seu valor –, o que promove a atividade econômica local, trazendo efeitos positivos para os demais. A ironia presente nesse enredo é que, ao preferir atuar “perto de seus olhos”, como na expressão smithiana, ele está prezando pela segurança de seu negócio. Por quê? Porque julga conhecer as pessoas e confiar em seu caráter, e porque quando se sentir lesado de alguma maneira, conhece as leis do país e sabe como buscar justiça e reparação. Ora, essa equação resulta no melhor paradoxo smithiano: mesmo o egoísta contumaz prefere a companhia da honestidade e da justiça para melhor conduzir os seus negócios. É verdade que o faz por sua ambição mesquinha, mas com isso evidencia, de modo categórico, que os princípios em que deve alicerçar-se a vida social não podem ser os seus.

Smith considerou alvissareiro o desenvolvimento da divisão técnica do trabalho sob a sociedade comercial, não apenas por seus exuberantes efeitos em termos de aprimoramento das forças produtivas do trabalho social, mas também por seu caráter socialmente integrador, pois cada simples objeto que preenchia as necessidades e os confortos de nossa vida cotidiana, como um casaco que agasalhasse um trabalhador no inverno, seria sempre o produto da atividade conjugada de inúmeras pessoas, com as quais dificilmente aquele trabalhador teria a chance de se encontrar e conhecer pessoalmente. É uma sociedade em que todos se põem a serviço de todos, em que os trabalhos dos indivíduos se veem fortemente interdependentes, integrados – como já o dissemos, em uma espécie de gigantesca rede de cooperados. Mas esse indisfarçável entusiasmo com as possibilidades integradoras ensejadas por esses novos processos não cegou Smith para as suas fortes contradições. Smith não deixou de ver o outro lado, o lado sombrio e perverso da mesma divisão do trabalho, como nos mostra essa passagem contundente do livro quinto da *Riqueza das nações*, que, ao mostrar o quanto a conquista de habilidades técnicas pode fazer definhir nossas virtudes intelectuais, morais e políticas, evidencia o quão atento estava Smith à realização humana em um sentido muito mais amplo do que o da simples realização material.¹⁰ E permite ver também o quanto os processos econômicos, sociais e técnico-materiais, podem também limitar-nos e embrutecer-nos.

Com o progresso da divisão do trabalho, a ocupação da grande maioria dos que vivem do trabalho, ou seja, da maior parte do povo, acaba confinada a umas poucas

¹⁰ Para toda esta reflexão, vide o capítulo I do Livro I de *Riqueza das nações* (Smith, 1981).

operações muito simples, frequentemente a uma ou duas. *Mas a compreensão da maior parte dos seres humanos é necessariamente formada pelas suas ocupações normais.* O homem cuja vida inteira é despendida na execução de algumas operações simples, cujos efeitos talvez sejam, talvez, sempre os mesmos, ou quase isso, *não tem nenhuma oportunidade de exercer sua compreensão, ou em exercitar sua inventividade* para descobrir soluções para remover dificuldades que nunca ocorrem. Ele naturalmente perde o hábito de fazê-lo, *e geralmente se torna tão estúpido e ignorante quanto seja possível a uma criatura humana tornar-se.* O torpor de sua mente torna-o, não apenas incapaz de saborear ou ter participação em qualquer conversação racional, mas também de conceber algum sentimento nobre, generoso ou terno, *e conseqüentemente de formar algum julgamento justo mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada.* Ele é incapaz de formar juízo sobre os grandes e amplos interesses do seu país. [...] A uniformidade de sua vida estagnada [...] *corrompe até mesmo a atividade de seu corpo, tornando-o incapaz de exercer sua força com vigor e perseverança em qualquer outra ocupação que não aquela para a qual foi criado* (Smith, 1981, p. 781-782, tradução própria, grifos próprios).

É verdade que a solução proposta por Smith não considera qualquer transformação radical de uma sociabilidade na qual ele também vê significativas virtudes civilizatórias, especialmente por julgar que nela se encontram canais de fluxo de importantes traços da natureza do agente social humano. De todo modo, parece-nos que a responsabilização do Estado e de toda a sociedade com uma civilização que não pode realizar-se de modo tão imperfeito, que não admite que sua progressão engendre efeitos colaterais visivelmente cruéis para tantos dos membros daquela sociedade, exigindo-se que a isto se oponha tenaz contraponto político – com a oferta de educação e cultura à juventude –, já revela, uma vez mais, a riqueza do pensamento smithiano e o seu indefectível compromisso humanístico:

a destreza em sua própria atividade específica parece, dessa maneira, adquirir-se às expensas de suas virtudes intelectuais, morais e marciais. Entretanto, *em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres, isto é, a grande massa da população, a menos que o governo tome algumas providências para preveni- lo* (Smith, 1981, p. 782, tradução própria, grifos próprios).

Diante do que pudemos refletir neste espaço, *Das Adam Smith problem*, tal como o batizou a filosofia alemã, referindo à aparente incoerência radical entre a *Teoria dos sentimentos morais* e a *Riqueza das nações*, é seguramente um falso problema. A única solução admissível para a questão hoje é:

[...] salvar a coerência da obra, sacrificando a especialização dos campos: na esfera geral dos sentimentos morais, a simpatia seria rainha, na da economia, o egoísmo poderia ter liberdade de ação. Admitir isso é renunciar a compreender o que faz, não somente a coerência, mas a *unidade* da obra; é impedir-se de entender que o moralista e economista, em Smith, são uma só pessoa: a ciência social, que ele criou pela sistematização da economia política de sua época, procede da mesma conduta seguida na sua ciência da moral (Dupuy, 2003, p. 597).

Fazer justiça ao legado smithiano é importante não apenas porquanto denote um

exercício de honestidade intelectual e rigor científico, mas também porque a interpretação cuidadosa de seu pensamento tem incidência sobre o atual estado da arte da ciência econômica, permitindo o necessário reencontro entre economia e ética, que o *mainstream economics*, inspirado no Smith por ele fabricado, tantas vezes dificultou:

a interpretação errônea da postura complexa de Smith com respeito à motivação e aos mercados e o descaso por sua análise ética dos sentimentos e do comportamento refletem bem quanto a economia se distanciou da ética com o desenvolvimento da economia moderna. [...] O apoio que os crentes e defensores do comportamento autointeressado buscaram em Adam Smith é na verdade difícil de encontrar quando se faz uma leitura mais ampla e menos tendenciosa da obra smithiana. Na verdade, o professor de filosofia moral e economista pioneiro não teve uma vida de impressionante esquizofrenia. De fato, é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontado como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea. Esse empobrecimento relaciona-se de perto com o distanciamento entre economia e ética (Sen, 1999, p. 44).

3 SMITH, SEN E A RAZOABILIDADE DO AGIR SOLIDÁRIO

Ocorre-nos, à guisa de concluirmos nossa reflexão, mencionar um dos modelos explicativos mais bem-sucedidos da conduta social dos indivíduos humanos, no que respeita ao seu poder de convencimento e propagação. Trata-se da *teoria da escolha racional*, teoria econômica, muito difundida e aceita, que identifica a “escolha racional” à busca e promoção inteligente do interesse próprio, como motivação e movimento próprio dos agentes (econômicos) humanos.

É uma visão que, por definição, deduz como *insensata* a busca por algo distinto do estrito autointeresse. Amartya Sen (2011, p 63) pondera, com precisão: “Há uma considerável resistência à ideia de que deve ser patentemente irracional – e estúpido – alguém tentar fazer alguma coisa para os outros, exceto na medida em que fazer o bem aos outros reforce seu próprio bem-estar”.

Trazemos à baila essa referência ao estado da arte da ciência econômica contemporânea, justamente porque remete ao núcleo do nosso tema, mas também a algo central nesta ciência da economia – que é uma ciência prática, muito mais do que poética,¹¹ embora ela própria nem sempre o reconheça.

É interessante ver que a teoria econômica – que acaba se tornando mais do que isso, em razão do seu papel regulador e justificador de comportamentos (o que também o faz normativo), passa a ter uma posição axial na vida social moderna, caracterizada por uma

¹¹ Na linguagem de Sen, conquanto seja uma ciência engenheira, é antes de tudo uma ciência ética.

centralidade inaudita das questões ligadas à vida material.¹² Ela revela uma visão do ser humano, um modo de se compreender e de se viver a sociabilidade humana, que tem, hodiernamente, considerável apelo.

Como a economia é tributária dessa realidade, – mas também a condiciona –, ela acaba tendo um papel diagnóstico interessante. Conduz, por vezes, a certa labilidade moral, quando se trata de julgar os próprios motivos e atos, e por outras, ao moralismo, quando se trata de julgar os atos dos outros, se eles lhe estorvam o caminho. Se essa teoria representa, por um lado, a nossa conduta de modos nos quais o indivíduo moderno se reconheça, por outro lado, mostra-se pobre, reducionista, pois não concebe outras possibilidades para suas motivações e condutas.

“O que devemos uns aos outros?”, pergunta Sen (2011, p. 63) – não seria essa uma pergunta inteligente, um ponto de partida para uma reflexão inteligente? Não poderia nos levar a compreender que muitos dos nossos objetivos vão muito além dos estreitos limites da busca autocentrada? Ceder em relação a alguns de nossos objetivos, para permitir que outros, que compartilham o mundo conosco, busquem aos seus (sejam estes autointeressados ou não), não seria uma decisão razoável? Há quem tenha a seguinte resposta para isso: se o fizermos, é porque aqueles objetivos não eram para nós tão prioritários assim, como inicialmente pensávamos; senão não cederíamos.

Preferimos considerar outras possibilidades, que entendemos mais generosas com a nossa condição humana. Ou mais justas. E julgamos que a obra de Adam Smith, para além de revelar impressionante e indefectível vitalidade, instiga-nos a manter desperta a atenção a essas questões fundamentais acerca da vida social humana, que remetem ao horizonte de sua melhor e mais nobre realização.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Ana Maria; SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos. Adam Smith: filósofo e economista. **Cadernos IHU Ideias**, UNISINOS. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, RS, ano 3, n. 35, 2005.

BIANCHI, Ana Maria. **A pré-história da economia**: de Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: Hucitec, 1988.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. **Adam Smith e seu contexto**: o iluminismo escocês. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005a. (Texto para discussão: 263).

¹² Esta reflexão se desenvolve mais detidamente em Oliveira e Guedes (2022).

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. O discurso econômico e suas condições de possibilidade. **Síntese**: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 28, n. 92, p. 391-405, 2001.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. Para ler Adam Smith: novas abordagens. **Síntese**: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 32, n. 103, p.181-202, 2005b.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. **Sobre a filosofia moral de Adam Smith**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. (Texto para discussão: 292).

COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de economia política clássica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

DUPUY, Jean-Pierre. SMITH, Adam. A ciência moral de Adam Smith. *In*: CANTO-SPERBER, Monique (org.). **Dicionário de ética e filosofia moral**. Tradução de A. M. Ribeiro Althoff *et al.* São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, v.2, p. 592-597.

GUEDES, Édil; OLIVEIRA, Wesley H. A distorção neoliberal do pensamento econômico de Adam Smith segundo Noam Chomsky e Amartya Sen. **Dialectus**. Ceará, Ano 11, n. 26, p. 74-93, jul./-ago. 2022.

JEVONS, William Stanley. **A teoria da economia política**. Tradução de C. Laversveiler de Morais. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NAPOLEONI, Cláudio. **Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx**. Tradução de Carlos N. Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

OLIVEIRA, Júlio Ferreira de; GUEDES, Édil. A riqueza como fim da vida humana nas sociedades modernas. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 49, n. 155, p. 617-634, set./dez., 2022.

OLIVEIRA, Robertson de; GENNARI, Adilson Marques. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

REDMAN, Deborah. A. **The rise of Political Economy as a Science**. Methodology and the Classical Economists. Massachusetts, MIT Press, 1997.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução de Denise Bottman e Ricardo D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Coleção Prêmio Nobel).

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz Joao Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 2v. (Os Economistas).

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Editors R. H. Campbell; A. S. Skinner; W. B. Todd. Indianápolis: Liberty Fund, 1981, v. I & II. (Estas edições são a reprodução fotográfica do primeiro e segundo tomos do segundo volume de *The Glasgow Edition of The Works and Correspondence of Adam Smith*, publicada originalmente por Oxford Press University, em 1979).

SMITH, Adam. **Lectures on jurisprudence**. D. D. Raphael; A. L. MacFie (ed.). Indianápolis: Liberty Fund, 1978. (esta edição é a reprodução fotográfica do sexto volume de *The Glasgow Edition of The Works and Correspondence of Adam Smith*, publicada originalmente por Oxford Press University, em 1976).

SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments**. D. D. Raphael; A. L. MacFie (ed.). Indianápolis: Liberty Fund, 1984. (esta edição é a reprodução fotográfica do primeiro volume de *The Glasgow Edition of The Works and Correspondence of Adam Smith*, publicada originalmente por Oxford Press University, em 1979).